

# A QUESTÃO PALESTINA

## Parte II\*

*Cristo desceu à terra e encarnou em Belém; redimiu o mundo no Gólgota; subiu aos céus no Monte das Oliveiras; e enviou aos discípulos o Espírito no Monte Sião. Como não seria santa a terra que testemunhou a salvação do mundo?*

Karen Armstrong

(do livro Jerusalém – uma cidade, três religiões)

**LUIZ SÉRGIO SILVEIRA COSTA\*\***  
Vice-Almirante (Ref<sup>3</sup>)

---

### SUMÁRIO

A Cisjordânia
O sionismo, a estratégia israelense para se estabelecer na região
A situação, hoje, dos árabes em Israel e nas áreas ocupadas e anexadas
A ocupação, os assentamentos, o controle e a violência
O problema religioso
A solução da questão palestina
Os seculares
Os pragmáticos
As razões para uma solução
A solução
A paz é possível
Conclusão
Anexos: A – Yasser Arafat
B – Texto de Stephen Walt
C – As cartas árabicas
D – A capacidade nuclear de Israel

---

\*A Parte I foi publicada no RMB do 1º Trimestre de 2015.

\*\* Foi comandante do Submarino *Goiás* (interino), Submarino *Bahia* e Navio-Escola *Brasil*; foi diretor do Centro de Instrução Almirante Átila Monteiro Aché (Ciama) e da Escola de Aprendizes-Marinheiros do Espírito Santo e Capitão dos Portos de Santa Catarina. Como almirante, comandou a Força de Submarinos e o 2º Distrito Naval e foi diretor de Aeronáutica da Marinha.

## A CISJORDÂNIA

Formada pelas regiões da Judeia e Samaria, é uma área de 5,6 km<sup>2</sup> (1/4 do território de Israel), com cerca de 40 km de comprimento e 20 km de largura, delimitada a Leste pelo Rio Jordão e Mar Morto e nos outros extremos pela Linha Verde, estabelecida pelo armistício árabe-israelense de 1949 – após a Guerra da Independência de Israel – como a linha de fronteira entre Israel e seus vizinhos – Egito, Jordânia, Síria e Líbano. Também conhecida como Margem Ocidental (West Bank) (do Rio Jordão), nome atribuído pela Jordânia, tem 2,5 milhões de habitantes, sendo 2,1 milhões de árabes e 350 mil colonos israelenses. Até 1948, a Cisjordânia era uma das partes da Palestina (então sob mandato britânico) que, junto com a Faixa de Gaza (ambas de maioria árabe-palestina), deveria integrar o Estado Palestino, de acordo com a Resolução 181 da Organização das Nações Unidas (ONU), de 1947, que previa a criação de dois Estados, o de Israel e o da Palestina. No entanto, os árabes não aceitaram a Resolução e declararam guerra a Israel em

1948, a Guerra da Independência de Israel, que a venceu; com isso, grande parte da população árabe que vivia em Israel fugiu e se fixou na Cisjordânia.

Posteriormente, em 1967, como resultado da Guerra dos Seis Dias, Israel ocupou os territórios da Cisjordânia e Faixa de Gaza – da Palestina –, as Colinas de Golan – da Síria –, e a Península do Sinai – do Egito –, esta posteriormente devolvida. Embora Israel tenha permitido que algumas porções do território palestino na Cisjordânia passassem a ser administradas pela Autoridade Palestina, entre as quais estão, entre outras, as cidades de Ramalah, Hebrom, Jericó e Belém, deteve o controle militar da região e está construindo um muro de 760 km de extensão com até 8 m de altura e com *checkpoints*, para evitar a entrada dos homens-bomba em Israel, o Muro da Cisjordânia, chamado pelos israelenses de Cerca da Segurança e, pelos palestinos, de Muro da Segregação Racial.



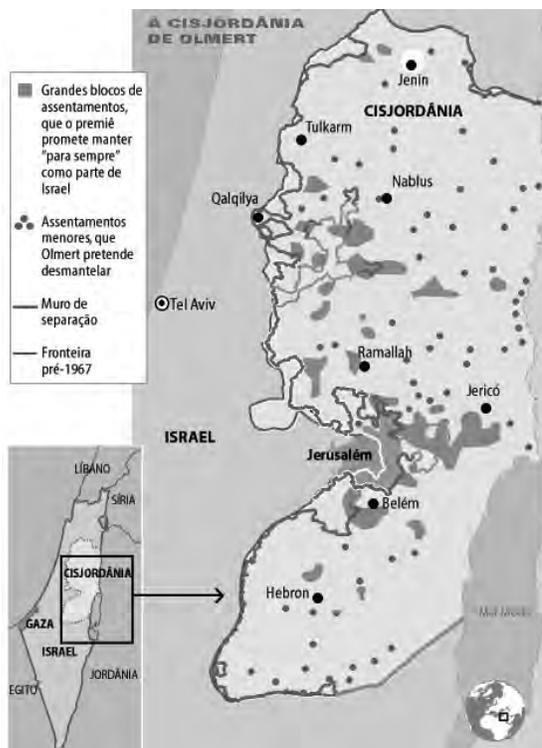
Cerca da Segurança / Muro da Segregação Racial

O muro, apesar de contestado pela ONU e pela Corte Internacional de Haia, continua sendo construído desde 2002 e, na prática, um pouco além da Linha Verde, estabelecida pelo armistício de 1949, após a Guerra da Independência, anexando, pois, partes do território palestino.

Hoje, Israel permite que a Autoridade Nacional Palestina (ANP) administre certas áreas da Cisjordânia, e o Hamas, a Faixa de Gaza, mas mantém o controle militar dessas regiões por terra, mar e ar.

Com a Revolução Industrial e o esvaziamento do campo, aumentou o desemprego, e os locais começaram a culpar os judeus por estarem ocupando seus postos de trabalho. Com isso, os judeus começaram a emigrar para a Europa Ocidental, os Estados Unidos e a América Latina, onde também sofreram reações e dificuldades. Foi nesse contexto de perseguições antisemitas na Europa que surgiu o movimento sionista de retorno à Palestina e criação de um Estado para os judeus.

O movimento sionista cresceu com o Holocausto e, então, impulsionou a obtenção de terras. Assim, durante a Guerra da Independência, de 1948, sob o comando de Ben Gurion, os israelenses se apoderaram de áreas do território palestino com o objetivo claro de retirada dos palestinos e anexação e ocupação por Israel. Aliás, um pouco antes do começo da guerra, em 9 de abril de 1948, houve o massacre da aldeia árabe de Deir Yassin, uma pequena vila de 400 habitantes, a 5 km de Jerusalém, em que duas organizações terroristas de Israel, o Irgun e o Stern (que não aceitaram a partilha de 1947, por serem contrários à criação de um Estado Palestino ao seu lado), invadiram o povoado e mataram cerca de cem pessoas, todos civis. Nos meses que antecederam o fim do domínio britânico, ocorreram vários conflitos menores, como o que se tornou conhecido como a Batalha das Estradas, quando as forças da Liga Árabe atacaram e bloquearam o tráfego nas principais estradas de acesso a Jerusalém, visando isolar as comunidades judaicas lá estabelecidas. Os árabes conquistaram vários locais de grande vantagem estratégica ao longo da rodovia entre Jerusalém e Tel Aviv, onde viviam 16% de todos os judeus na Palestina. Os comboios entre as cidades eram violentamente atacados, provocando baixas e desabastecendo a população civil judia de víveres, medicamentos e armas.



Em cinza, Jerusalém, com a linha branca separando a parte ocidental da oriental

## O SIONISMO, A ESTRATÉGIA ISRAELENSE PARA SE ESTABELEECER NA REGIÃO

Durante meados do século XIX, a maior parte dos judeus vivia na Europa Oriental, na Polônia, Lituânia, Rússia e Hungria.

Após o final da Guerra da Independência, e o armistício, o retorno dos palestinos sobreviventes foi impossível, pois os sionistas bloquearam as estradas.

Israel desconsiderou a Resolução 194 da ONU, que determinava o retorno dos palestinos e o pagamento de indenização, a título de compensação. Com isso, Deir Yassin tornou-se para os palestinos um símbolo do terror e da fuga. E obrigou a ONU a criar campos de refugiados palestinos (na Faixa de Gaza, na Síria, no Líbano, no Egito, no Iraque e na Jordânia), que lhes deram documentos especiais, em que se destacavam a nacionalidade palestina, exceto na Jordânia – esta deu cidadania a quem desejou.

Após a Guerra da Independência, da área destinada à Palestina pela ONU, Israel ocupou a parte Norte (região de Acre e Nazaré), a parte Sul (menos a Faixa de Gaza, que ficou com os egípcios) e a Cisjordânia e Jerusalém Oriental, que ficaram com a Jordânia.

Após a Guerra dos Seis Dias, Israel ocupou a Cisjordânia (da Jordânia), a Faixa de Gaza (do Egito), Jerusalém Oriental (da Jordânia), as Colinas de Golan (da Síria) e a Península do Sinai (do Egito). E, na sua estratégia, passou a assentar seus cidadãos em Jerusalém Oriental e na Cisjordânia, numa, pois, clara estratégia de ocupação da terra e expulsão dos palestinos.

Releva notar que ao longo da história, ambos semitas, árabes e judeus mantiveram relações de harmonia. Assim, é correto afirmar que a disputa entre eles começou

com o advento do sionismo, graças a recursos financeiros de judeus ricos, como o Barão de Rothschild, e o contínuo aporte de recursos e armamentos dos EUA, também estimulados por ricos judeus americanos.

## **A SITUAÇÃO, HOJE, DOS ÁRABES EM ISRAEL E NAS ÁREAS OCUPADAS E ANEXADAS**

A cidadania e os direitos políticos, de acordo com a situação dos árabes:

a) os árabes de Israel ou os “árabes-israelenses”

**Ao longo da história, ambos semitas, árabes e judeus mantiveram relações de harmonia. Assim, é correto afirmar que a disputa entre eles começou com o advento do sionismo, graças a recursos financeiros de judeus ricos, e o contínuo aporte de recursos e armamentos dos EUA**

São 1,4 milhão. Eles viviam em cidades como Jaffa, Haifa e Nazaré, que ficaram no território israelense depois da Guerra de Independência, de 1948. Milhares foram expulsos ou deixaram suas casas, sendo, hoje, refugiados no Líbano, na Jordânia e na Síria, pois não há quase comunidades de refugiados em outros países árabes.

Os que ficaram são cidadãos de Israel, com

todos os direitos, como passaporte, assistência médica e possibilidade de trabalhar e viver por todo o país; cerca de 80% são muçulmanos sunitas, 10% muçulmanos drusos e 10% cristãos (os drusos servem ao Exército – geralmente nos postos de controle, pois falam árabe –, mas apenas uma minoria dos sunitas e dos cristãos, que se identificam como palestinos, o faz). Reclamam, em alguns casos, que são tratados como cidadãos de segunda classe, mas possuem partidos políticos e cadeiras no Parlamento israelense (Knesset). Vivem,

de modo geral, em cidades árabes de Israel, como Nazaré, e em cidades mistas, como Haifa, Jaffa e algumas áreas de Tel Aviv.

b) os árabes-palestinos de Jerusalém Oriental

Até 1967, a metade oriental de Jerusalém era ocupada pela Jordânia. Na Guerra dos Seis Dias, Israel conquistou e anexou essa parte da cidade. Os moradores palestinos são os que habitam a cidade há séculos. São majoritariamente muçulmanos, mas há outras religiões. Com efeito, na Cidade Velha de Jerusalém, que fica na metade oriental de Jerusalém, há cerca de 55 mil habitantes, sendo 40 mil no Bairro Muçulmano, 7 mil no Bairro Cristão, 6 mil no Bairro Judeu e 2 mil no Bairro Armênio (o menor) (armênios são cristãos). Os árabes-palestinos de Jerusalém Oriental têm o *status* de “residentes permanentes” e possuem mais direitos do que os árabes-palestinos da Faixa de Gaza e da Cisjordânia, mas menos do que os árabes-israelenses.

Eles podem viver e trabalhar em Israel; votam em eleições locais, mas não nas nacionais; possuem acesso a benefícios sociais e na área da saúde; e podem obter cidadania israelense, e, conseqüentemente, passaporte, desde que declarem lealdade a Israel, não sejam cidadãos de outros países e tenham noções de hebraico. Mas são raros os palestinos de Jerusalém que tentaram obter a cidadania de Israel. Suas principais reclamações envolvem a Esplanada das Mesquitas (Monte do Templo) e a crescente construção de assentamentos judaicos nessa

parte árabe da cidade, ao mesmo tempo em que enfrentam enorme burocracia para reformar ou construir suas casas.

c) os árabes-palestinos de Gaza e Cisjordânia

São os habitantes de áreas antes controladas pelo Jordânia (Cisjordânia) e pelo Egito (Gaza), até 1967. Israel as conquistou e ocupou, mas não anexou, como fez com Jerusalém Oriental e as Colinas do Golan, na Síria. São 4,5 milhões, sendo 2,7 milhões na Cisjordânia e 1,8 milhão na Faixa de Gaza. Eles, e os nascidos a partir de 1967, não podem entrar e viver em Israel e só

em raros casos recebem autorização para trabalhar lá. Mesmo nesse caso, não podem dirigir seus carros e só podem permanecer durante o tempo do expediente. Não são cidadãos de Israel, e, como não existe cidadania palestina, a maioria deles não tem nacionalidade e nem passaporte. Outros possuem a cidadania jordaniana e, em menor número, a de outros países, especialmente os cristãos. Suas prin-

**A criação de assentamentos começou logo após a ocupação da Cisjordânia, de Jerusalém Oriental e da Faixa de Gaza na Guerra dos Seis Dias, em 1967. Por serem pequenas e densamente povoadas por árabes, isso resultou em clara animosidade e tensão naquelas áreas**

cipais demandas são o fim da ocupação da Cisjordânia, do bloqueio a Gaza e a criação de um Estado Palestino. São majoritariamente muçulmanos sunitas, mas há minorias cristãs, especialmente em Ramallah, Belém e Beit Jala.

## **A OCUPAÇÃO, OS ASSENTAMENTOS, O CONTROLE E A VIOLÊNCIA**

A criação de assentamentos começou logo após a ocupação da Cisjordânia, de

Jerusalém Oriental e da Faixa de Gaza na Guerra dos Seis Dias, em 1967. Por serem pequenas e densamente povoadas por árabes, isso resultou em clara animosidade e tensão naquelas áreas.

Israel começou a criar os assentamentos com uma dupla finalidade: melhorar o controle da parte palestina e começar a expulsar os árabes da região, pela asfixia econômica e de liberdade de ir e vir. Na Faixa de Gaza, por exemplo, 6 mil judeus controlam 40% do território. Os assentamentos nos territórios ocupados, para a comunidade internacional, são todos ilegais, independentemente de terem ou não sido autorizados pelo governo israelense. Israel violou todas as convenções internacionais sobre territórios ocupados, inclusive a Resolução 452 da ONU, de 20 de julho de 1979, qualificando as ocupações de terem violado a IV Convenção de Genebra sobre a proteção das pessoas civis em tempo de guerra. Houve também descumprimento de advertências da Corte Internacional de Justiça emitida contra o Muro de Separação da Cisjordânia.

Hoje, 350 mil colonos israelenses vivem na Cisjordânia e 250 mil nos bairros ocupados e anexados de Jerusalém Oriental.

Os territórios ocupados são divididos em três regiões – A, B e C. A região A é aquela sobre a qual a Autoridade Palestina tem controle, inclusive poder de polícia. Compreende apenas 18% da Cisjordânia e abrange as cidades de Hebron, Belém, Jericó, Ramallah e outras menores. A área B, que ocupa 22% da Cisjordânia, tem grande população palestina, mas Israel exerce a segurança. A área C, 60% da Cisjordânia, é totalmente controlada por Israel. Mas quem quiser passar da área A para outra parte da área A terá que, obrigatoriamente, passar pela área C, ou seja, o controle acaba sendo total. A área C já totaliza 350 mil colonos em 135 colônias, contra 180 mil palestinos

que ali residem, que sofrem violências dos israelenses, como o bloqueio de construções palestinas e demolições sistemáticas das edificações.

Essas demolições atingem, inclusive, projetos financiados pela União Europeia, como o porto e o aeroporto de Gaza, e também prédios administrativos de segurança da Autoridade Palestina ou, ainda, instalações básicas na zona rural. Até mesmo equipamentos móveis de uso humanitário para os campos de refugiados (tendas, abrigos, latrinas) enviados do exterior são regularmente saqueados pelo Exército ou pelos colonos.

Não são apenas os assentamentos, mas Israel mantém uma dura política repressiva contra os palestinos. A maioria deles são ocupados por judeus ortodoxos, radicais e provocativos, e justamente em áreas densamente povoadas por árabes. Certa vez, em Hebron, cidade palestina, foi erguido um assentamento no meio de lojas e prédios palestinos. Com a confusão que adveio, o Exército de Israel, com tratores e escavadeiras, derrubou os imóveis palestinos, pois o comandante militar tem autonomia, independentemente de mandados judiciais.

Por viverem em território ocupado, os palestinos não têm o direito de criar seus próprios controles de fronteira, nem carimbo no passaporte. Qualquer pessoa que passe pelos postos de checagem israelenses entra direto nas ruas de cidades da Cisjordânia, como Ramallah, por exemplo, onde até há um Escritório de Representação do Brasil e um cônsul.

Além disso, na hora de os palestinos viajarem para o exterior, excetuados os que são árabes-israelenses e os de Jerusalém Oriental (que optaram pela cidadania israelense), que podem ter passaporte israelense, os da Cisjordânia não têm passaporte, e têm que obter o documento de autorização (*laissez passer*), fornecido pelo governo israelense.

Mas, além de nem sempre obterem esse documento, quando o conseguem, ele só vale para uma viagem ou, no máximo, por um ano. E, mesmo os da Faixa de Gaza, não podem passar pelos controles israelenses, só podendo cruzar a fronteira de Gaza com o Egito e, de lá, viajar para países que reconhecem o documento da Autoridade Nacional Palestina. Por falar na Faixa de Gaza, em 2010 Israel fechou todos os pontos de passagem, exceto os de Erez, com acesso restrito, e o de Kerem Shalom, única entrada para as importações permitidas. Ao longo da Faixa de Gaza, foi criada uma zona-tampão de 100 a 500 m de profundidade, a partir do muro de segurança, impedindo o acesso da população a 17% do já escasso território, inclusive de área cultivável. Há também restrições à pesca, com limite de 3 a 6 milhas, quando havia sido definido o limite de 20 milhas nos Acordos de Oslo.

As estradas construídas por Israel na Cisjordânia, modernas, funcionam com vias expressas para os colonos judeus, mas como barreiras para os palestinos.

Os relatos do dia a dia dos assentamentos lembram o nazismo. Aqui vai um depoimento de um patrulheiro policial israelense:

“Eu nunca invadi casas no meio da noite, arrombando apartamentos, em Jerusalém e, provavelmente, onde você vive a polícia também não faz isso. Mas em Hebron, onde eu servi por um ano, há duas patrulhas militares e uma patrulha policial de fronteira. Seu trabalho é, no jargão militar, fazer sua presença notada. Você tem essas patrulhas 24 horas por dia, sete dias por semana. Você começa seu turno às 22 horas e vai até 6 horas. Caminha pelas ruas da velha cidade de Hebron, tromba com uma casa, uma casa palestina, não uma casa da qual você tenha alguma informação de inteligência (uma suspeita),

uma casa qualquer, o sargento é quem a escolhe – eu fui sargento por alguns meses. Entramos, revistamos a família, homens de um lado, mulheres de outro, vasculhamos o lugar – você pode imaginar a dinâmica da coisa, o que acontece quando uma unidade militar invade sua casa no meio da noite. Acabamos a busca, voltamos para rua, batemos em algumas portas, lançamos algumas bombas de efeito moral, fazemos algum barulho, corremos até a esquina, invadimos outra casa, revistamos a família, fazemos uma busca, subimos no telhado, pulamos de um telhado para o outro, descemos pela sacada de uma terceira casa... e assim você passa as oito horas do seu turno, isso 24 horas por dia, sete dias por semana.

De setembro de 2000, quando começou a Segunda Intifada, até hoje, nós não paramos um segundo sequer. A ideia é simples: todo palestino precisa sentir que há um militar respirando em sua nuca. Você nunca sabe quando nós vamos aparecer, o que nós vamos fazer, quando vai começar, quando vai terminar, quantas horas vai durar... tudo isso é o que os militares chamam de *tchushat nirdafut* (em hebraico), criar o sentimento de estar sendo perseguido, caçado, criar esse sentimento em uma população inteira. A única forma de dominar um povo, para sempre, contra sua vontade é fazê-lo temer você. E assim que ele se acostuma àquele nível de medo, você tem de aumentá-lo.”

E o de uma jornalista:

“Doravante, a Cisjordânia e Gaza são duas imensas prisões, cujo céu não é nem mesmo aberto. Submetidos ao regime de toque de recolher que os retém em suas casas de maneira quase permanente desde o último mês de agosto e que os asfixia lentamente, os palestinos dos

territórios ocupados se veem reduzidos à categoria de objetos e oscilam entre desespero e o ódio e o sentimento de terem sido traídos [...].

Com a guerra, os chefes de família perderam – como quase todos seus compatriotas – o pouco que lhes restava: o direito de entrar em Jerusalém Oriental; o direito de exportar seus agrumes, isto é, seu trabalho, para a Jordânia; os meios de pagar seus impostos e de obter o famoso cartão cor de rosa, ‘certificado de bom comportamento’, renovável a cada dois anos, sem o qual tudo se torna proibido – viajar, conduzir [transportes] e até mesmo passar de uma localidade a outra, já que o exército não só restabeleceu as fronteiras da Cisjordânia, mas instituiu espécies de ‘bantustões’, num total de cinco, no interior do território.

O chefe de família perdeu seu emprego e como, pela primeira vez neste ano, não pôde pagar o montante cada vez mais insuportável de impostos, teme o fechamento da pequena empresa madeireira por ele dirigida. Seus quatro filhos estão também desempregados – incluído aquele que, nos últimos anos, havia encontrado um emprego de electricista em Israel [...], mas que o perdeu com a guerra.

Mal saídos dos toques de recolher intermináveis, os palestinos viram os impostos de 1991 reclamados *manu militari* abaterem-se sobre eles – uma verdadeira epidemia de multas de todos os gêneros que irão alimentar os cofres israelenses...” (Bauge, 1991).

E trechos do livro *De Beirute a Jerusalém*, de Thomas L. Friedman:

“...Quando os palestinos, como comunidade, e particularmente os adultos, que tinham muito a perder economicamente, se haviam deixado cooptar pelo sistema israelense, alguns

indivíduos e pequenos grupos reagiram espontaneamente a Israel, apesar de continuar a se integrar a ele. Essa resistência individual, que começou imediatamente após o início da ocupação, era executada principalmente pelos jovens, que pouco tinham a ganhar com a situação. Pelo contrário, muitos deles haviam concluído o segundo grau, frequentado escolas técnicas e universidades, mas os únicos trabalhos que o sistema israelense lhes oferecia, após terem se formado, era limpar assoalhos, ser garçon ou assentar tijolos...

Os estudantes falaram apaixonadamente sobre as frustrações da sua geração, afirmando que viam no futuro sob a ocupação israelense apenas caminhos sem saída – nos níveis político e cultural, bem como em termos de suas carreiras.”

E mais:

“...Na Cisjordânia e na Faixa de Gaza, todos os crimes contra a “segurança de Israel” cometidos por palestinos são julgados por cortes militares israelenses, que possuem seus próprios juízes e promotores. Os advogados não possuem acesso às provas contra seus clientes, pois foram colhidas secretamente, por informantes ou grampos telefônicos. As cortes militares e o Shin Bet (serviço secreto interno de Israel) eram a vingança contra os ataques terroristas contra alvos israelenses no exterior, contra os discursos que faziam na ONU e.... contra as pedras que jogavam.”

“As forças de segurança israelenses raramente faziam qualquer coisa ‘ilegal’ no trato com os palestinos dos territórios ocupados. Cada ação de repressão, independentemente de quanto fosse arbitrária, estava normalmente amparada no Código Militar Israelense. Quando não estava prevista, o Código era modificado para acomodá-la.”

E a citação de um israelense, morador de um bairro misto de árabes e israelenses em Jerusalém:

“O conflito israelense palestino é uma guerra crepuscular – um tipo de coexistência meio-guerra, meio-paz, na qual não há trincheiras, linhas de *front*, arame farpado para separar os dois lados e nenhuma diferenciação entre civis e soldados, inimigos e vizinhos. É uma guerra entre dois povos que compartilham os mesmos esgotos.”

Como se verifica, o regime de ocupação e controle dos assentamentos é repressivo e violento há anos, até os dias de hoje, justamente a época de proeminência dos direitos humanos.

As ocupações e os assentamentos têm uma justificativa israelense: “Se os árabes se desarmarem, haverá paz; se os israelenses se desarmarem, Israel desaparecerá!” Mas, no fundo, é uma estratégia: forçar os árabes a irem embora.

A pergunta que fica é: Por quanto tempo mais os palestinos vão suportar essa existência miserável, essa condenação a uma verdadeira prisão perpétua?

## O PROBLEMA RELIGIOSO

Jerusalém e o Monte do Templo (para os judeus), ou a Esplanada das Mesquitas (para os muçulmanos).

Hoje, o Monte do Templo, ou a Esplanada das Mesquitas, que fica na Cidade Velha de Jerusalém – declarada Patrimônio da Humanidade pela Unesco, em 1981 –, abriga dois marcos islâmicos: o Domo, ou

Cúpula da Rocha, e a Mesquita de Al-Aqsa, derivada do nome mencionado no Alcorão.

O Domo da Rocha (ou a Cúpula da Rocha) foi mandado construir pelo califa Abd al-Malik ibn Marwan, em 697 d.C., no final do século VII (ficou pronta em 698 d.C), no local onde já existia uma pequena mesquita do tempo do califa Omar, a Mesquita de Omar. O Domo da Rocha, que tem uma cúpula dourada (é o cartão-postal de Jerusalém), recebeu esse nome devido à grande rocha existente no centro da mesquita. A rocha mede cerca de 19 metros por 12 metros e tem pouco menos

de 2 metros de altura do chão do santuário.

Embora alguns acreditem que o Domo da Rocha foi construído porque, segundo a lenda muçulmana, o profeta Maomé de lá ascendeu ao céu e encontrou todos os profetas que o precederam, essa versão não aparece em nenhum dos textos

islâmicos até décadas após o santuário ter sido construído, o que levou outros a acreditarem que a razão principal pela qual a cúpula foi construída foi para comemorar a vitória islâmica, em 636 d.C, sobre os babilônicos, em Jerusalém, e não devido à suposta ascensão de Maomé.

A tradição judaica, por sua vez, diz que foi naquela rocha que Abraão preparou o sacrifício de seu filho Isaac a Deus, e onde Salomão construiu o Primeiro Templo – que foi derrubado – e, posteriormente, onde Herodes construiu o Segundo Templo, também derrubado, embora posteriores escavações arqueológicas não tenham encontrado qualquer vestígio dos templos.

A Mesquita Al-Aqsa, que significa “a mesquita distante”, se refere a uma passa-

**Como se verifica, o regime de ocupação e controle dos assentamentos é repressivo e violento há anos, até os dias de hoje, justamente a época de proeminência dos direitos humanos**



Monte do Templo ou Esplanada do Templo  
(ou das Mesquitas)



O Domo da Rocha

gem do Alcorão descrevendo uma viagem (*al Isrā*) do profeta Maomé, levado pelo Anjo Gabriel de Meca à mesquita distante (*Al-Aqsa*). E, de lá, Maomé teria ascendido ao céu, onde dialogou com profetas, como Moisés, e se encontrou com Deus. Por isso, é mais importante para os muçulmanos do que o Domo da Rocha, e os muçulmanos consideram esse lugar como o terceiro mais sagrado, depois das cidades de Meca e Medina, na Arábia Saudita, onde Maomé teria nascido e morrido, respectivamente. Outros, porém, dizem que a ascensão ao céu de Maomé teria sido na rocha no interior do Domo da Rocha.

Outra dúvida que permanece é o local da Mesquita de Omar, pois uns dizem que era onde hoje está o Domo da Rocha, e outros, onde hoje está a Mesquita Al-Aqsa.

De qualquer modo, tudo teria ocorrido no sítio do Monte do Templo, ou Esplanada das Mesquitas, o que torna o local sagrado para judeus e muçulmanos.



Mesquita Al Aqsa (cúpula preta)

A mesquita também teria sido mandada construir pelo califa, em 705 d.C., embora tenha sido destruída várias vezes por terremotos, como o de 1033. É a maior mesquita de Jerusalém, com capacidade para receber cerca de 5 mil fiéis.

A Mesquita Al-Aqsa e o Domo da Rocha, por terem sido construídos por um árabe, tornaram-se, pois, símbolos do movimento nacionalista palestino. Quando o Estado de Israel conquistou Jerusalém Oriental na Guerra dos Seis Dias, em 1967, passando a controlar os lados ocidental e oriental da cidade, procedendo à sua reunificação, manteve, como forma de ajudar a paz, a administração dos sítios religiosos muçulmanos de Jerusalém nas mãos da Jordânia (muçulmana), incluindo a Esplanada das Mesquitas.

Hoje, é permitida a entrada de turistas não muçulmanos na Esplanada, e de judeus também, mas há restrições de horários, devido às orações, sendo que judeus não podem rezar lá, o que tem causado crescente atrito, pois há cada vez mais judeus que querem fazer isso, pois é local muitas vezes citado na Bíblia como o centro da vida judaica até a expulsão dos judeus de Jerusalém pelos romanos, no ano 63 a.C.

O local é também associado a vários profetas judeus, embora os muçulmanos os considerem como muçulmanos, e isso constitui uma das razões pelas quais a cidade de Jerusalém é considerada Cidade Santa por várias religiões. Outro exemplo da controvérsia lá existente é que, na parte leste do Monte do Templo, fica a Porta Dourada, ou do Ouro, considerada sagrada pelo judaísmo (a chegada do Messias), pelo cristianismo (chegada de Jesus no Domingo de Ramos) e pelo islamismo (local da futura Ressurreição).

Lá há outro acesso, pela Porta Bab-al-Maghariba, interna, na parte norte do Muro do Templo (que circunda o Monte do Templo), que é o único acesso às mesquitas para os não muçulmanos.

Como muro lateral do Monte do Templo, lá fica o Muro das Lamentações, o segundo local mais sagrado do judaísmo, depois do Monte do Templo. É o pedaço de 55 metros de extensão que restou do muro de contenção do Monte do Templo, aplainado para a construção do Templo de Herodes, o Segundo Templo, que ele man-

dou construir no Monte Moriah, no local do Primeiro Templo, de 960 a.C. (século X a.C.), derrubado pelos babilônicos em 586 a.C. (século VI a.C.). O Segundo Templo, o de Herodes, foi destruído pelos romanos (Imperador Tito, no ano 70 d.C.). Segundo consta, quando Tito o destruiu, manteve parte do muro de contenção para que os judeus mantivessem a amarga lembrança (daí o nome de Muro das Lamentações).

Muitos fiéis visitam o Muro para orar e depositar seus desejos por escrito. Fica localizado no lado Oeste do Muro do Templo e, por isso, é também chamado de Muro Ocidental. No dia santo judaico, o *Shabat*, que vai do pôr do sol de sexta-feira ao pôr do sol de sábado, lá há danças, rezas e muitos religiosos. No Muro, há uma divisão: as mulheres à direita e os homens à esquerda (de quem olha para o Muro), onde há uma sinagoga e a entrada para visitar as escavações do Muro.

Em Jerusalém, uma repórter de TV vai ao “Muro das Lamentações” para entrevistar um velho palestino, famoso pela sua idade avançada. Chegando ao local, vê que ele está rezando. Depois de uma hora, o ancião para de rezar e, quando se prepara para deixar o local, ela o aborda:

– Bom dia, senhor! Eu sou da TV Al Jazeera e queria entrevistá-lo. O senhor é a pessoa mais antiga que vem diariamente rezar aqui no muro. Há quanto tempo o senhor vem aqui para rezar?

– Ahh... Há uns 80 anos – responde o velho senhor.

– Nossa! 80 anos! E o senhor rezou pedindo o quê, nestes anos todos?

– Rezo pela Paz entre judeus, muçulmanos e cristãos, rezo para que o ódio pare e que nossos filhos cresçam juntos em paz e amizade.

– E como o senhor se sente após 80 anos de orações diárias?



Muro das Lamentações

– Sinto-me como se estivesse falando com uma parede...

## A SOLUÇÃO DA QUESTÃO PALESTINA

Não é um conflito simples, como o clichê americano de “*cowboys* contra os índios”. Não é também um conflito entre os bons e os maus, pois nem tudo é o que parece, e há muito superficialismo e parcialismo, o atual sendo antissemita, especialmente pela imprensa, talvez pela tendência de simpatizar com os mais fracos ou da coação do “politicamente correto”.

Há, nessa questão, três atores do lado de Israel: os seculares, conservadores; os ortodoxos, religiosos; e os jovens israelenses, pragmáticos. Quanto aos religiosos, nada como lembrar a Bíblia, que lançou a premonição – confirmada na Gênese 16: 11/12, dita pelo Anjo a Agar, a serva, que engravidou de Ismael, pois Sara, a esposa, não dava filhos a Abraão:

11 – Disse-lhe ainda o Anjo do Senhor: Você está grávida e terá um filho, e lhe dará o nome de Ismael porque o Senhor a ouviu em seu sofrimento.

12 – Ele será como jumento selvagem; sua mão será contra todos, e a mão de todos contra ele, e ele viverá em hostilidade contra todos os seus irmãos. (Gênesis 16: 11/12).

### *Os seculares*

A área destinada à Palestina, em 1948, hoje se resume à Faixa de Gaza e à Cisjordânia, ambas de maioria e parte de administração árabe-palestina, mas de domínio militar israelense. Essas duas áreas devem integrar um Estado Palestino a ser criado de acordo com as determinações das Nações Unidas, o que é rejeitado pelos dois lados, hoje, mais enfaticamente por Israel. Nesses territórios vivem atualmente 4,5

milhões de palestinos, sendo 2,7 milhões na Cisjordânia e 1,8 milhão na Faixa de Gaza, sendo que 1,4 milhão vivem em Israel.

Pelo histórico de conflitos, é difícil a Israel aceitar a perda do domínio dessas regiões tão próximas do país, pois nem os mísseis Patriot americanos conseguiram evitar que, em 1990, os mísseis Scud, de Sadam Hussein, atingissem Tel Aviv, a 800 km de distância, causando mortes, ferimentos e destruição. Ainda mais que, de Tulkarm, na Cisjordânia, à costa israelense, no Mar Mediterrâneo, são apenas 15 km! Quem não se lembra da crise de 1962, quando Kennedy quase começou uma guerra nuclear contra a então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) por causa da instalação de mísseis soviéticos em Cuba, a 140 km da Flórida?

Os palestinos, por sua vez, não querem negociar se persistir a manutenção dos territórios ocupados, a Faixa de Gaza e a Cisjordânia, e se não for decidida a questão de Jerusalém, ainda dividida, e dos assentamentos. Exigem o estabelecimento de um Estado Palestino na Margem Ocidental do Rio Jordão (West Bank) e na Faixa de Gaza, tendo Jerusalém como capital. Deve ser lembrado que, ao ser decidida a partilha da Palestina, em 1947, Jerusalém deveria ter sido internacionalizada, mas a então Transjordânia (ora Jordânia) ocupou a metade oriental da cidade, a Cidade Antiga e seus acessos, ficando a cidade nova, ocidental, com Israel, e, nem naquela ocasião, a Transjordânia mudou a capital, de Amã para lá. Israel, por sua vez, entende que é ponto imutável a indivisibilidade de Jerusalém, que, para ele, jamais foi uma capital árabe.

Quanto à ancestralidade, os israelenses alegam que saíram à força, mas voltaram, que foi em Hebron que Davi foi coroado rei, e onde foram enterrados Abraão, Sara, Isaac e Jacó, enquanto os árabes retrucam que nunca saíram da Palestina. Israel também não quer devolver os territórios

ocupados, pois diz que são áreas “recuperadas” ou “liberadas”, que a ele pertencem por “promessa divina”.

A parte religiosa é muito mais radical e avessa a concessões. A sua mais grave questão diz respeito ao Monte do Templo ou à Esplanada das Mesquitas, que foi a origem da Segunda Intifada. Sobre isso, do livro *Oriente Médio*, do Professor Márcio Scalercio, tira-se o seguinte (com episódicas observações nossas):

“...para alguns religiosos, muçulmanos, o advento de Israel significava um ultraje. A Palestina era uma terra islâmica há séculos. Jerusalém era uma das cidades santas da fé, só ombreada por Meca e Medina. De acordo com a tradição muçulmana, logo que o profeta estipulou o regime de orações, determinara que os crentes deveriam rezar voltados para Jerusalém. Só depois mudou de ideia e estabeleceu a primazia de Meca. À luz da tradição, Jerusalém foi a cidade escolhida pelo profeta (Maomé) para a sua ascensão ao céu. Em comemoração, em 687 d.C. (há registros que dizem 691 d.C.), o califa omeíada Abd al-Malik mandou edificar ali uma deslumbrante construção, o Haram al-Sharif (Nobre Santuário), composto pela mesquita de Al Qods – designação árabe para Jerusalém – e pelo Domo da Rocha. Agora, os infiéis desejam conspurcar o Islã com a sua presença, tornando-a permanente e impondo o seu predomínio por meio de Israel.

Convém notar que o sítio onde se ergue a grande mesquita de Jerusalém é exatamente o mesmo onde estava construído o Velho Templo de Salomão, o lugar mais sagrado do judaísmo. O local fora escolhido para o templo porque se acreditava que ali o patriarca Abraão tentara sacrificar seu filho, sendo impedido pela voz de Deus. Aquela que os religiosos (judeus) acreditam ser a pedra

sacrificial usada pelo velho Abraão está guardada no interior da mesquita.

No mesmo sítio ergue-se o Muro das Lamentações, a parede que resta do antigo Templo de Salomão (na verdade, as ruínas não são do templo original, e sim do edifício construído na época do Rei Herodes, durante o período romano). Nesse sentido, a mesquita construída sobre as ruínas do Templo é algo entendida como ultrajante pelos membros da comunidade (judaica) dotados de sensibilidade religiosa mais ardorosa.”

Hoje, em Gaza, na Cisjordânia, Jerusalém Oriental e mesmo em Israel, há 5,9 milhões de palestinos para 6 milhões de israelenses em Israel, que detém o controle de 70% da Cisjordânia e 80% dos recursos hídricos da Palestina, ou seja, os palestinos consomem, em média, quatro vezes menos água por dia e por pessoa! Mas os palestinos não pensam em sair de lá, apesar de todas as dificuldades, pois sabem que o simples fato de estarem lá obriga aos israelenses e a comunidade internacional a se debruçarem sobre a solução do problema.

### *Os pragmáticos*

São os jovens. Da parte de Israel, estão cansados de guerra e conflitos. Os homens são obrigados a servir por três anos, e as mulheres, por dois. São chamados para o Exército os judeus (menos os ortodoxos), os cristãos, os drusos (são muçulmanos) e os beduínos (são muçulmanos). Muitos se recusam e são presos. São de uma geração que se formou nas universidades, em Israel ou no exterior, querem trabalhar em suas carreiras, visitar os museus, cafés e restaurantes, conhecer o mundo... e não serem permanentemente convocados para exercícios ou ações reais, muitas fatídicas. E, quando não são os conflitos, há o serviço

militar diuturno nas áreas ocupadas, com o dia a dia da pobreza e miséria palestina. Com efeito, Israel, hoje, com renda *per capita* de 35 mil dólares, tem mais empresas de alta tecnologia do que toda a Europa junta.

Os palestinos, por sua vez, não têm um país. Na ONU são apenas observadores; não têm passaporte e só podem sair de lá se Israel autorizar. Um turista que entra em suas cidades passa apenas pelo controle israelense, ou seja, não há um simples controle de passaporte, ação que chancela a soberania de um Estado. E isso é frustrante, dia após dia.

Por conta da ocupação, mesmo sem guerras, o Exército de Israel aumentou, de 1973 a 1985, de 70 mil para 140 mil homens. Pode-se repetir, pois, que Israel ganhou as guerras mas perdeu a paz.

### *As razões para uma solução*

O mundo deseja, mas não está conseguindo, oferecer uma solução para a Questão Palestina e garantir a segurança de Israel e de um Estado Palestino a ser instalado na atual Cisjordânia e na Faixa de Gaza, essa a área de maior densidade demográfica do mundo, pois são 1,8 milhão de pessoas em 400 km<sup>2</sup>, ou 4.500 habitantes por km<sup>2</sup>, especialmente pelos muitos árabes-palestinos que para lá fugiram durante as guerras perdidas.

Mas, pelo cotidiano de conflitos e ódios seculares, parece, em princípio, temerário pugnar pela decisão de 1947 dos dois Estados na região, apesar de governos de todo o mundo, inclusive do Brasil, em 2010, estarem reconhecendo o Estado Palestino. E qual seria a solução? Os palestinos saírem, já que Israel está assentado e tem domínio militar? Não, pois os demais países árabes não estão dispostos a abrir mão de partes de seus territórios (a Jordânia, por

exemplo, em que 90% de seu território é deserto, poderia ser uma alternativa, mas não quer reviver a experiência negativa, que resultou no Setembro Negro), para a criação de um Estado Palestino. E nem mesmo os palestinos querem sair de lá, pois consideram que a terra é deles, e o que exigem é a saída dos israelenses. Com efeito, apesar de tantas derrotas e êxodos, sabe-se que a tristeza dos palestinos é menor com relação à ausência de um Estado e ao desastre humanitário da dispersão do que com a existência do Estado de Israel. Palestinos radicais só aceitam uma coisa: varrer Israel do mapa. Foram ensinados que, “não importa o tempo gasto ou o sangue derramado; a verdadeira fé acabará triunfando”. Os palestinos não querem sair de lá, e não se pode, simplesmente, fazê-los desaparecer. É por isso que os israelenses dizem, para justificar seu aparato militar, que “se os árabes se desarmarem, haverá paz; se os israelenses se desarmarem, Israel desaparecerá”.

O atual consenso internacional é de que: a) a situação dos territórios ocupados é intolerável, e não pode continuar assim; b) a Questão da Palestina tem que ser resolvida com a criação de um Estado Palestino. Ou seja, sabe-se “o que deve ser feito”, mas não “como deve ser feito”. E há mais ingredientes, externos – como os interesses políticos, econômicos e estratégicos, nem sempre confessáveis, dos países mais ricos – e internos – como o pequeno tamanho da região, que tende a ficar cada vez mais povoada, com crescentes problemas com relação à água (Israel detém o controle de 80% dos recursos hídricos da Palestina), e, convenhamos, “lugares santos demais”.

Há 20% de árabes em Israel, inclusive no Parlamento. O povo, de modo geral, diz que muitos trabalham juntos, em harmonia. Mas há uma queixa generalizada contra os políticos, especialmente os que

vivenciaram mais tempo de conflitos, que são muito radicais. Com efeito, no recente conflito de 2014, quando Israel bombardeou maciçamente a Faixa de Gaza, com 2.200 palestinos mortos (a maioria civis) contra 72 israelenses, o governo de Israel tem se negado a cooperar com a Comissão da ONU que investiga crimes de guerra.

Há, no momento, fatos significativos a forçar uma decisão imediata, a saber:

- a explosão demográfica árabe nas colônias, especialmente na Faixa de Gaza, pelo pequeno tamanho da região, sem emprego e de difícil sobrevivência para todos;

- a situação dos refugiados palestinos expulsos de seus povoados pelas guerras de 1948 e 1967, cerca de 5 milhões, dos quais cerca de 3,5 milhões vivem em campos provisórios em Gaza, na Cisjordânia, no Líbano e na Síria, dependentes da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina (UNRWA) para moradia, saúde e educação (leia-se EUA e União Europeia, principalmente). Essa situação está se deteriorando com a chegada de refugiados da guerra na Síria; e

- o reconhecimento internacional, cada vez maior, do Estado Palestino.

O convencimento generalizado, não só dos atores locais, mas do mundo civilizado, é de que a Questão se arrasta por tempo demasiado e que, a continuar assim, e com o cansaço e tensões dos dois lados, vai explodir novamente, com evidente derrota de todos, especialmente dos direitos humanos. E, se explodir, vai continuar sem solução, pois o maior poderio intelectual e militar de Israel, apesar de todo apoio dos EUA, não vai lhe permitir simplesmente fazer sumir a população palestina. Não custa, pois, mais uma vez repetir o que já foi dito antes: “Israel venceu as guerras, mas perdeu a paz”.

Um dos problemas que dificultam a solução é a falta de concessões entre as partes. Em 1947, os palestinos rejeitaram a

partilha feita pela ONU, pois achavam que toda a Palestina lhes pertencia, apesar de os sionistas aceitarem a divisão e reconhecer um Estado Palestino ao lado do seu. Agora a situação se inverteu, pois os palestinos buscam a divisão, enquanto os israelenses, que controlam toda a Palestina, não querem ouvir falar dela.

Com efeito, em abril de 2012, o presidente da ANP, Mahmoud Abbas, enviou uma carta ao primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, na qual reiterou as condições impostas pelos palestinos para uma retomada de conversações de paz. Entre elas está a interrupção de construções nos assentamentos judaicos erguidos na Cisjordânia e em Jerusalém Oriental – territórios palestinos ocupados por Israel desde 1967. Quanto mais os israelenses constroem, mais distantes ficam os palestinos de ter o controle ou um Estado próprio. O *premier* Netanyahu respondeu que não aceita nenhuma condição prévia e ainda autorizou o início de outros três assentamentos na Cisjordânia, pela primeira vez em duas décadas. Netanyahu se recusava, então, a prorrogar o acordo de interrupção das construções nos assentamentos judaicos, e Abbas não aceitou mais dialogar enquanto continuar a expansão dessas colônias.

Enquanto isso, entre as populações, especialmente nos assentamentos e campos de refugiados, a tensão permanece, e os palestinos continuam vivendo em condições muito precárias. Os israelenses negam-lhes qualquer direito sobre a sua terra, sua própria história, cultura e identidade. A prova disso é o artigo do Jornalista Laurence Bernard em que cita o relatório dos chefes da Missão da União Europeia a Jerusalém Oriental, em fevereiro de 2003:

“Em Jerusalém, as autoridades israelenses expropriaram mais de um terço da cidade, logo declarado ‘território do

Estado'. Em 2013, foram inventariados 250 mil colonos estabelecidos nos bairros palestinos, seja no centro velho e nas bacias históricas ou nos vastos conjuntos urbanos dispostos em círculos concêntricos em torno da cidade. Até mesmo a cultura, a história e o patrimônio são domínios estritamente controlados pelas autoridades israelenses: retenção de permissões da prática de guia turístico, de restauração de obras e manuscritos, do controle de escavações arqueológicas. De acordo com o último relatório, dos chefes de missão diplomática europeus em serviço em Jerusalém, parece que isso resulta 'de um esforço premeditado, que visa se servir da arqueologia para reforçar as pretensões a uma continuidade histórica judaica em Jerusalém e, assim, criar uma justificativa para seu estabelecimento enquanto capital eterna e indivisível de Israel'."

Como se verifica, há uma política permanente de segregação da população que vive nos territórios da Cisjordânia e da Faixa de Gaza, ocupados desde 1967. É um *apartheid*, pois até seus documentos são emitidos pelas autoridades israelenses, além de serem diariamente vigiados, submetidos a humilhantes revistas nos postos de controle, com seus carros só podendo circular em certas áreas. E isso também provoca enorme desgaste nos militares israelenses e em suas famílias.

Os EUA, apesar de fiadores de Israel, e com interesses políticos, econômicos e estratégicos no Oriente Médio, como a contenção do Irã, da Síria e do Iraque, e a importância estratégica do estreito de Ormuz – disputado entre a Arábia Saudita e o Irã –, para o escoamento da produção de petróleo da região, deram, em maio de 2011, um passo mais firme para a solução da questão, quando Obama fez um pronun-

ciamento histórico, defendendo um Estado Palestino desmilitarizado ao lado de Israel, com base nas fronteiras definidas até 1967 – salvo alterações acertadas entre os dois países envolvidos. Netanyahu, contudo, descartou a ideia e disse considerar as fronteiras pré-1967 “indefensáveis”, por deixar fora de Israel os mais de 120 assentamentos na Cisjordânia, onde moram 350 mil colonos israelenses.

Os palestinos não têm fiadores, pois, mesmo no mundo árabe, a solidariedade étnica depende dos interesses políticos do momento. Mas estão começando a ter a solidariedade internacional, como mostra a recente decisão do Tribunal Geral da União Europeia, em Luxemburgo, que aprovou a retirada do Hamas do bloco de organizações terroristas. Por coincidência, o Parlamento Europeu aprovou por 498 votos contra 88 (com 111 abstenções), em Strasburgo, uma moção que reconhece, em princípio, a existência de um Estado Palestino, o que azedou ainda mais o clima entre Israel e a Europa. Os palestinos ameaçam, por meio da Jordânia, pedir o reconhecimento do Estado Palestino ao Conselho de Segurança da ONU, estabelecendo o prazo de dois anos para a retirada total de Israel da Cisjordânia e de Jerusalém Oriental. A decisão do Parlamento Europeu é reflexo do que tem acontecido em outros países, como a Suécia, que, em outubro de 2014, reconheceu oficialmente o Estado da Palestina, tornando-se o 135º país a fazê-lo, sem condições.

Isso tudo demonstra que, como está, sem concessões entre os atores principais, sem que Israel cumpra as resoluções de organismos internacionais, como a ONU e a União Europeia, a paz só virá por imposição internacional, especialmente pelo Conselho de Segurança da ONU, com apoio dos EUA, acompanhado de Forças Permanentes de Paz na região. É preciso agir, pois

a situação que perdura constitui um enorme perigo para os direitos humanos: palestinos e israelenses estão se desumanizando.

O termo correto é “imposição”, para sepultar a mística de que o Oriente Médio é indomável e que o passado sepultou o futuro. Thomas L. Friedman, que esteve em Beirute, no Líbano, de 1979 a 1984, como correspondente da UPI e, posteriormente, chefe do escritório do *The New York Times*, e, depois, em Jerusalém, de 1984 a 1988, como chefe do escritório local do *Times*, com a sua experiência do conflito entre palestinos e israelenses, disse o seguinte em seu livro *De Beirute a Jerusalém*:

“Na cultura política do Oriente Médio, as pessoas simplesmente não levam ninguém a sério, a não ser que essa pessoa lhe demonstre que está pronta a quebrar alguns móveis para defender as suas ideias. Um latido sem a consequente mordida limita-se apenas a fazer barulho, e se há algo a que os árabes e israelenses estão acostumados, é justamente com barulho!”

E a solução a ser imposta não pode demorar, pois já não são apenas os problemas locais. Um dado recente em favor da solução imediata é que, como publicou a revista *Newsweek* de 8 de agosto de 2014, está havendo nos últimos meses um novo êxodo: o de judeus da Europa para diversos países, principalmente Israel, devido à onda de antissemitismo por lá. Na França estão ocorrendo violentas manifestações antissemitas. No Reino Unido, apenas no mês de julho de 2014, ocorreram cem incidentes antissemitas. Antes disso, em maio, um franco-atirador, armado com um fuzil Kalashnikov, matou quatro pessoas que visitavam o Museu Judaico de Bruxelas. Em Berlim, uma multidão de manifestantes anti-Israel teve que ser contida à força a fim de evitar-se a depredação de uma sinagoga.

Em Liège, na Bélgica, o dono de um café colocou uma placa dizendo: “L’entrée est autorisée aux chiens mais aux sionistes en aucune façon!” (A entrada é autorizada aos cães, mas aos sionistas, de modo algum!).

Essa onda antissemita pode também ser observada na esfera política, nas últimas eleições para o parlamento europeu. Judeus de toda a Europa vêm relatando casos de “insultos pessoais, discriminação e violência física que, apesar dos esforços concentrados por parte da União Europeia e dos seus estados-membros, não mostram sinais de diminuir, e em França, Bélgica e outros países, o povo judeu está sendo orientado a não sair nas ruas usando o *quipá* [solidéu]”.



O sociólogo francês Michel Wieviorka, em recente entrevista à revista *Época* de 16 de janeiro de 2015, sob o impacto do terrorismo contra a liberdade de expressão em Paris, e na véspera de ser publicado no Brasil o seu último livro, *Antisemitismo explicado aos jovens*, disse, sobre a Europa e os imigrantes judeus e muçulmanos:

“Os muçulmanos e, de forma mais ampla, os imigrantes recentes são vítimas de discriminação, o que não é o caso dos judeus. O preconceito que associa os judeus ao dinheiro alimentou crimes odiosos, que não acontecem aos muçulmanos...”

...O ódio aos judeus existe desde sempre na Europa. Era primeiro um fenômeno religioso, o antijudaísmo. Acusavam os judeus de serem deicidas e de não quere-rem se converter ao cristianismo. Alguns empregos eram proibidos a eles. O antisemitismo os tratou como raça, e isso levou à sua destruição sistemática pelo nazismo.”

### **A solução**

Imagino, pois, a seguinte solução, em duas etapas, fazendo parte do primeiro passo:

a) decisão da ONU, especialmente com forte apoio do seu Conselho de Segurança, criando o Estado Palestino com a Faixa de Gaza e a Cisjordânia, permanecendo Jerusalém Ocidental com Israel, e Oriental com a Palestina; não é a solução perfeita para os palestinos, pois teriam um Estado retalhado, mas é muitas vezes melhor do que como é, na atualidade, não ter um Estado físico e político;

b) saída dos israelenses e seus assentamentos nas regiões citadas; e

c) derrubada do Muro da Cisjordânia e da Faixa de Gaza; fronteiras livres.

Como a diplomacia no Oriente Médio é um esporte de contato, a paz seria coagida e mantida pela ONU, especialmente por

imposição americana, por meio de Forças Internacionais de Paz, que interviriam em qualquer arranjo da paz, punindo militar e economicamente ambos os lados, além da manutenção de bloqueio internacional, marítimo, aéreo e terrestre ao envio de armas e equipamentos de guerra a israelenses e palestinos. Caso necessário, seriam impostas a Israel sanções econômicas, como atualmente estão sendo impostas à Rússia pela anexação da Crimeia e por apoio aos rebeldes do leste da Ucrânia. A União Europeia (UE) é o primeiro parceiro comercial de Israel, com 1/4 de suas exportações, no total de 30 bilhões de euros, que, se congelados, causariam danos aos israelenses. Aliás, já há uma diretiva da UE, de 2003, que tornam inabilitadas a receber financiamentos quaisquer instituições israelenses – empresa, universidade, associação, laboratório de pesquisa – que estejam situadas além das fronteiras de 1967, ou seja, na Cisjordânia ou em Jerusalém Oriental.

No segundo passo, estaria empenho da ONU para Egito e Israel cederem parte do Sinai e do Deserto de Neguev para aumentar a Faixa de Gaza, por ser a área mais densamente povoada do mundo; ou a Jordânia ceder parte de seu deserto (mais de 90% da Jordânia é deserto) para a transferência dos palestinos de Gaza para lá, evitando um corredor palestino entre Gaza e a Cisjordânia, por dentro de Israel.

As Forças de Paz permaneceriam na região até que as gerações atuais e as futuras possam, com a mudança de mentes e corações, conviver em harmonia e progresso mútuo.

### **A paz é possível**

Mesmo com os interesses econômicos, geopolíticos e estratégicos dos EUA e da UE, a paz é possível, pois, apesar do contencioso de séculos, há, na rica história de

Jerusalém, fatos de comovente respeito e generosidade entre as partes. Citam-se os seguintes episódios do passado:

– A generosidade islâmica – Na época do domínio romano, quem proibiu os judeus de entrar em Jerusalém foram os imperadores Adriano e Constantino, cristãos. Quem profanou o *Haram* (a Esplanada das Mesquitas), de controle muçulmano, foram os cruzados, cristãos. Mas, significativamente, foi uma conquista islâmica de Jerusalém, em duas vezes, com Omar e Saladino – que venceram os governantes cristãos –, que possibilitou o retorno dos judeus a Jerusalém.

– A declaração de israelenses – Em 1995, um discurso de um representante da OLP em Jerusalém levou 700 israelenses de destaque – escritores, artistas e ex-parlamentares – a assinarem a seguinte declaração:

“Jerusalém é nossa, dos israelenses e dos palestinos-muçulmanos, cristãos e judeus.

Nossa Jerusalém é um mosaico de todas as culturas, todas as religiões e todos os períodos que a enriqueceram, desde a mais remota antiguidade até hoje – cananeus, jebuseus e israelitas, judeus e helenos, romanos e bizantinos, cristãos e muçulmanos, otomanos e britânicos, mamelucos e árabes, palestinos e israelenses. Eles e todos os outros que deram a sua contribuição à cidade têm um lugar na paisagem física e espiritual de Jerusalém.

Nossa Jerusalém deve ser unida, aberta a todos e pertencente a todos os seus habitantes, sem fronteira e nem cercas de arame farpado dividindo-a ao meio.

Nossa Jerusalém deve ser a capital dos dois Estados, que conviverão nesta terra – a Jerusalém Ocidental, capital do Estado de Israel; a Jerusalém Oriental, capital do Estado da Palestina.

Nossa Jerusalém deve ser a Capital da Paz.”

– A aceitação dos judeus sefardistas na Turquia e nos Balcãs – Sefardistas são os judeus originários das comunidades judaicas da Península Ibérica, Portugal e Espanha, que lá começaram a se estabelecer desde que o Rei Nabucodonosor, em 586 a.C., conquistou Jerusalém. Mais tarde, em 70 d.C., o imperador romano Tito destruiu Jerusalém, determinando a expulsão de todos os judeus. A Diáspora propriamente dita ocorreu em 135 d.C., na derrota da Revolta do Bar Kochba (a Terceira Revolta Judaica) contra os romanos, quando o imperador romano Constantino proibiu a presença dos judeus por lá.

Mas, nos idos de 1492, no ano em que Colombo partiu da Espanha para descobrir o caminho para as Índias e chegou à América, a Inquisição Espanhola, por meio de decreto dos reis católicos Fernando e Isabel, expulsou 120 mil judeus, que foram para Portugal. Com o casamento entre D. Manuel I e Isabel, princesa espanhola filha dos reis católicos, a mesma expulsão acabou ocorrendo em Portugal, além de várias atrocidades cometidas contra os judeus, que tiveram seus bens confiscados ou saqueados, as mulheres prostituídas e atiradas às chamas das fogueiras, e crianças seus crânios esmagados dentro das próprias casas.

Os judeus, então, fugiram da Península Ibérica e foram: para o norte da África (Marrocos, Argélia, Tunísia e Egito); para o Oriente Médio (o próprio Israel, Líbano e Síria); para a Europa (Itália – Roma, Nápoles, Florença, Veneza e Palermo); para o Império Otomano (Atenas, Creta, Tessalônica, Bitola – hoje na Macedônia –, Sofia, Belgrado, Istambul, Izmir, Ankara, Dubrovnik e Sarajevo); e para países árabes, como o Marrocos (Rabat), Argélia, Tunísia (Túnis), Egito (Cairo) e Líbano (Beirute).

Mais tarde, já nos séculos XVII e XVIII, da Península Ibérica foram para o Novo Mundo (Brasil e México), e para Grã-Bretanha (Londres), França (Paris, Rouen), Países Baixos (Amsterdã), Bélgica (Bruxelas) e Alemanha (Hamburgo); e, do Leste Europeu, para Áustria (Viena), Hungria (Budapeste) e Polônia (Cracóvia).

Mas, em 1492, na sequência da expulsão dos judeus da Espanha, o sultão otomano Bayezid II, que reinou de 1481 a 1512, enviou à Andaluzia o Almirante Kemal Reis para que evacuasse os exilados judeus e muçulmanos e os levasse para terras otomanas, ou seja, um governante muçulmano que estendeu as mãos aos judeus.

O que também merece citação é que, nos Balcãs, em Sarajevo, na Bósnia, os judeus viveram pacificamente entre bósnios muçulmanos, sérvios ortodoxos e croatas católicos por 450 anos, de 1492 a 1941, quando passaram a ser perseguidos pelos nazistas e, depois, pelo comunismo que se impôs lá por 40 anos, após a Segunda Guerra Mundial.

Quanto aos palestinos, é preciso que reconheçam o Estado de Israel e que olhem para o futuro, até agora não descortinado, pelo presente de humilhações, causadas, em parte, por radicalismos passados. No caso de Israel, como bem disse o Professor Ignácio Cano, no artigo “O Futuro da Palestina”, no jornal *O Globo*:

“Os dirigentes de Israel precisam ser persuadidos, como foi o caso das minorias brancas na África do Sul do *apartheid*, de que não é possível construir um Estado viável sobre a opressão

de outros povos. Sem um desfecho justo para os palestinos, Israel continuará sendo um país isolado.”

Isolado, visto como agressivo e violento (não só pelos assentamentos, mas pela força muito maior que usa ao retaliar agressões que sofre) e refratário às decisões dos organismos internacionais. E, como conclui o Professor Cano:

“Além dos princípios humanitários, os países ocidentais possuem motivos egoístas para se envolver, pois a cada criança palestina morta por projéteis israelenses, vários voluntários se dispõem a integrar as fileiras jihadistas em algum lugar do mundo.”

## CONCLUSÃO

Como conclusão, usaria as palavras do velho palestino no Muro das Lamentações: “Rezo pela paz entre judeus, muçulmanos e cristãos. Rezo para que o ódio pare e nossos filhos cresçam juntos, em paz e amizade”.

Mas que não estejamos falando com uma parede, mas com a ONU, UE e a comunidade internacional, para que imponham, finalmente, uma solução para a Questão Palestina.

Como disse o jornalista Laurence Bernard: “Em 2012, a União Europeia ganhou o Prêmio Nobel da Paz. Talvez fosse a hora de ela se lembrar disso”.

E, como disse Thomas L. Friedman, no seu já citado livro: “Afinal, deve haver algo mais na política do Oriente Médio do que apenas a eterna rixa – pelo menos esta deve ter sido a intenção de Deus”.

📁 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<POLÍTICA>; Palestina; Israel; Guerra árabe-israelense; Guerra do Oriente;

### BIBLIOGRAFIA

- ARBEX Jr, José. *Terror e Esperança na Palestina*. Editora Casa Amarela, 2002.
- ARMSTRONG, Karen. *Jerusalém: Uma Cidade; Três Religiões*. Companhia das Letras. Rio de Janeiro, 2001.
- BERNARD, Laurence. “Fracasso da União Europeia na Palestina”. *Le Monde Diplomatique*. Brasil, novembro de 2013.
- CANO, Ignácio. “O Futuro da Palestina”. *O Globo*. Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 2014.
- FRIEDMAN, Thomas L. *De Beirute a Jerusalém*. Editora Bertrand do Brasil. Rio de Janeiro, 1991.
- GHIVELDER, Zevi. *Missões em Israel*. Editora Imago, Rio de Janeiro, 1993.
- MONTEFIORI, Simon Sebag. *Jerusalém, a Biografia*. Companhia das Letras, 2013.
- SALEM, Helena. *O que é a Questão Palestina*. Editora Brasiliense, 1985.
- SCALERCIO, Márcio. *Oriente Médio*. Editora Campus. Rio de Janeiro, 2003.

**YASSER ARAFAT**  
MOHAMMAD ABDEL RAUF ARAFAT AL-HUSSEINI (YASSER ARAFAT)

“O inimigo de meu inimigo é meu amigo.”  
*Provérbio árabe*

Nascido em 1929, em Jerusalém, foi de 1952 a 1956 presidente da União dos Estudantes da Palestina, tendo-se licenciado, ainda em 1956, na Faculdade de Engenharia da Universidade do Cairo. Em 1959, fundou o movimento Al-Fatah, que se tornou o braço armado da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), que, em 1974, foi reconhecida como representante do povo palestino. Realizou diversas viagens, contactando líderes de diversos países em busca de apoios políticos para a sua causa, e foi também convidado a discursar na Assembleia-Geral da ONU, o que ficou registrado na história política palestina.

Arafat imprimiu à luta do povo palestino um cunho próprio, que valorizava o empenho diplomático e os esforços de conciliação. Em 1988, proclamou a independência do Estado da Palestina. Reconheceu, em 1993, a existência do Estado de Israel, o grande adversário nessa senda, e, no ano seguinte, assinou o acordo de paz que concedia autonomia aos territórios ocupados pelos judeus. Este acontecimento chamou a atenção do Comité Nobel, que decidiu laurear Arafat, juntamente com os líderes israelitas Yitzhak Rabin e Shimon Perez, com o Prémio Nobel da Paz (1994) – Arafat visitaria Israel pela primeira vez, logo no ano seguinte, quando da morte de Yitzhak Rabin. Apesar dos esforços, as lutas entre palestinos e israelenses não pararam devido a ataques de grupos extremistas, que causaram inúmeros problemas à tentativa de manutenção da paz.

O acordo de paz entre os dois territórios passou por várias dificuldades durante o mandato de Benjamin Netanyahu (1996-1999), substituído do Primeiro-Ministro Yitzhak Rabin.

Em maio de 1999, Ehud Barak foi eleito chefe do governo israelense. Várias tentativas foram levadas a cabo pelos dois líderes para que o acordo de paz fosse cumprido (encontros de Camp David, em 2000, nos EUA), mas fracassaram, e os atos de violência se intensificaram. O ataque terrorista de 11 de setembro de 2001 aos EUA agravou ainda mais a situação. Mais tarde, os acordos diplomáticos entre Ehud Barak e Yasser Arafat foram quebrados e ataques israelenses à Palestina proporcionaram o cerco à sede de Yasser Arafat em Ramallah, tornando-o prisioneiro domiciliário em 2002. O líder palestino vivia um período de isolamento diplomático e resolveu anunciar eleições governamentais em 2004, mas o parlamento não lhe deu o voto de confiança necessário e o seu gabinete se demitiu.

Em março de 2003, cedeu à pressão internacional e nomeou um primeiro-ministro, Mahmoud Abbas (líder parlamentar da Autoridade Palestiniana), que ficaria encarregado da política local, relacionada com os territórios palestinos. Yasser Arafat continuaria com a política internacional e com o poder de demitir ou eleger o primeiro-ministro. Em final de outubro de 2004, sofreu um colapso que o pôs entre a vida e a morte, tendo sido assistido por uma forte equipe médica. O estado de saúde de Arafat inspirava cuidados, e as autoridades israelenses levantaram o cerco a Ramallah, permitindo, assim, a hospitalização do líder palestino em Paris. Acabou por falecer na madrugada de 11 de novembro do mesmo ano.

Foi substituído, nas eleições de 9 de janeiro de 2005, por Mahmoud Abbas na presidência da Autoridade Palestina.

**Fonte: INFOPÉDIA – Dicionários Porto Editora**



Figura em cera de Yasser Arafat, exposta no Museu Madame Tussaud, em Londres

Medindo somente 1,60 m, possuindo olhos protuberantes, barba de três dias permanentemente espetada e grande pança, Arafat não era o que se poderia chamar de figura arrojada ou elegante; na era da televisão, era um desastre ambulante para as relações públicas palestinas. E também não era um gênio militar. Como comandante de homens em batalha e presidente da OLP, tinha muito mais coisas em comum com o General George Custer do que com o General George Patton. O segredo do sucesso político e da longevidade dele no cargo se deveu ao fato de ter feito para os palestinos o que os sionistas fizeram pelos judeus. Arafat foi o símbolo da resistência palestina.

A revista *Playboy* de setembro de 1988 fez uma entrevista com Arafat. Perguntado se sabia que a luta seria longa, respondeu: “Sim, longa e árdua. Os vietnamitas precisaram de 35 anos de guerra contínua, os argelinos, de 150 anos; os rodesianos, de cerca de 100; os sauditas, de 500. Mas, desde o começo, acreditamos que, cedo ou tarde, conseguiremos nossos objetivos, porque andamos com a corrente da história, enquanto Israel luta contra ela”.

Fonte: livro *De Beirute a Jerusalém*, de Thomas L. Friedman

“Yasser Arafat é o filho de 60 mil meretrizes.”  
*Mustafa Tlass* (então ministro da Defesa sírio)



Yasser Arafat, Shimon Peres e Yitzhak Rabin recebem o Nobel da Paz

**TEXTO DE STEPHEN WALT, PUBLICADO PELO *JOURNAL OF PALESTINE STUDIES*, SOBRE O LIVRO *BROKERS OF DECEIT: HOW THE U.S. HAS UNDERMINED PEACE IN THE MIDDLE EAST*, DE RASHID KHALIDI.\***

O ritmo de vida do mundo árabe sempre foi diferente. Os homens dessas sociedades sempre tenderam a se curvar mais; a vida ali sempre se movia em semicírculos ambíguos, jamais em ângulos retos. Os símbolos religiosos do Ocidente são a cruz e a estrela de Davi – ambos com contornos angulares, afiados. Já o símbolo do Oriente muçulmano é a lua crescente – arco longo, suave e ambíguo.

*Thomas Friedman*

Por que ainda não existe um Estado palestino, 66 anos depois de as Nações Unidas proporem a divisão da Palestina entre árabes e judeus? Há uma abundância de respostas óbvias, incluindo a intransigência israelense, desunião palestina, a indiferença europeia, o cinismo insensível da maioria dos governos árabes. Hoje, como secretário de Estado, John Kerry tenta, em vão, reiniciar o chamado processo de paz. O Estado palestino parece mais distante do que nunca.

Em seu novo livro, *Brokers of Deceit* (somente em inglês), o historiador Rashid Khalidi, da Universidade de Colúmbia, destaca a outra principal razão pela qual as aspirações nacionais palestinas estão sendo frustradas: o constante papel pernicioso dos Estados Unidos. Enquanto finge ser um mediador honesto, os Estados Unidos têm uma ação ativa contra a criação de um Estado Palestino ou perseguem esse objetivo de forma tendenciosa e incompetente. Assim, a incapacidade de alcançar uma Palestina independente não deve surpreender-nos: a maioria dos líderes de Israel tem sido totalmente contra o Estado Palestino, e os líderes dos EUA têm apoiado Israel em cada momento.

Khalidi concentra-se em três episódios reveladores, abrangendo cerca de 30 anos de diplomacia no Oriente Médio. O primeiro episódio é o Plano de Reagan de 1982, uma iniciativa natimorta dos EUA que surgiu após a invasão malfadada de Israel no Líbano. A proposta de Reagan opunha-se ao controle israelense permanente sobre a Cisjordânia e pedia a suspensão da construção dos assentamentos israelenses, mas seu plano também descartou um Estado independente para os palestinos. Khalidi ressalta uma estimativa da CIA que previa corretamente a rejeição rápida e firme de Israel, uma reação que efetivamente afundou toda a iniciativa. No entanto, Israel não foi punido por ignorar os desejos de seu patrono, e as relações EUA-Israel expandiram-se significativamente durante o resto do governo de Reagan.

O segundo episódio é a Conferência de Paz de Madri, em outubro de 1991. Muito fortalecido após a Guerra do Golfo de 1991, o Presidente George H. W. Bush (o pai) e o secretário de Estado, James Baker, pressionaram o governo de Yitzhak Shamir para comparecer à conferência e também conseguiram persuadi-lo a permitir que vários palestinos participassem como parte de uma delegação conjunta com a Jordânia. No entanto, Israel insistiu que as discussões entre israelenses e palestinos deveriam limitar-se a palestras sobre “acordos de autogoverno interino” – não trataria de soberania nem de nenhuma das questões importantes para os palestinos –, um constrangimento que reflete a permanente restrição de Israel às aspirações palestinas e o desejo de manter a Cisjordânia ocupada permanentemente.

E, como Khalidi deixa claro, Madri era uma abertura que não levava a lugar nenhum. Então, como agora, o objetivo central de Israel era o de postergar as negociações pelo maior tempo possível para que a implantação dos assentamentos continuasse a “criar fatos consumados”. O número de colonos mais do que duplicou entre 1993

\* Texto de Stephen Walt, professor de Relações Internacionais na Kennedy School of Government, da Universidade de Harvard, e co-autor do livro *The Israel Lobby e US Foreign Policy*. Está publicado no *The Journal of Palestine Studies* – “a mais antiga e respeitada publicação no idioma inglês dedicada exclusivamente aos assuntos palestinos e ao conflito árabe-israelense”. *The Journal of Palestine Studies* é uma publicação do *Institute for Palestine Studies*.

O livro citado (*Brokers of Deceit: How the U.S. Has Undermined Peace in the Middle East*) foi escrito por Rashid Khalidi, professor de História do Oriente Médio, da Universidade Columbia (EUA), e editor do *Journal of Palestine Studies*.

e 2001, enquanto uma vasta rede de postos de controle, barreiras e estradas de desvio dividiram a Cisjordânia. Todos os governos israelenses seguiram essa política, sob escassos protestos de Washington, e têm continuado assim ininterruptamente desde então.

O terceiro episódio, e o mais doloroso deles, é a humilhante derrota de Barack Obama nas mãos do primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, e do *lobby* de Israel nos Estados Unidos. Depois de declarar em discurso no Cairo, em junho de 2009, que “dois Estados para dois povos” era “do interesse de Israel, do interesse da Palestina, do interesse dos Estados Unidos e do interesse do mundo” e de ter exigido que Israel suspendesse a expansão dos assentamentos enquanto as negociações continuassem, Obama deparou-se com um desafiador Netanyahu e com pressão do *lobby* insraelense quando retornou para casa. O Presidente logo recuou, abandonando a insistência de congelar os assentamentos, despachando novos e generosos pacotes de ajuda a Israel, e manteve a política dos EUA de proteger Israel de críticas nas Nações Unidas e dos mais amplos setores da comunidade internacional. Como a maioria de seus antecessores, afinal, o líder do país mais poderoso do mundo foi incapaz de avançar na causa da paz e da justiça ou de qualquer alternativa relevante.

O relato de Khalidi mostra que estes episódios (e muitos outros) não são o resultado de miopia estratégica, nem de uma leitura errada de correntes políticas na região, nem de uma animosidade profunda contra o povo palestino. Pelo contrário, a continuidade deprimente da política dos EUA é principalmente devido à profunda influência do Comitê Americano de Assuntos Públicos de Israel e de outras organizações-chave no *lobby* israelense.

A influência do *lobby* israelense tem colocado limites rígidos sobre a alavancagem que os presidentes dos Estados Unidos poderiam exercer, minando, assim, a capacidade de Washington de agir como um mediador eficaz. No início da década de 1990, de fato, a gestão do processo de paz estava firmemente nas mãos de funcionários formados nas estruturas do *lobby* israelense – como Dennis Ross e Martin Indyk –, garantindo, assim, que não haveria disparidade entre as posições de Israel e dos Estados Unidos.

De fato, Khalidi descreve como as autoridades dos EUA rotineiramente aprimoram suas propostas com Israel, antes de apresentá-las aos negociadores palestinos – um procedimento que remonta ao tempo da administração Gerald Ford, Presidente de 1974 a 1977 – e, ocasionalmente, tomam posições mais extremadas do que as dos seus colegas israelenses. Ao agirem como “advogado de Israel”, em vez de um mediador honesto, os Estados Unidos garantiram que o processo de paz de Oslo terminasse em um vergonhoso fracasso.

Khalidi conclui conclamando os palestinos a abandonarem o desacreditado roteiro Camp David/Madri/Oslo e a basearem sua campanha pela autodeterminação em novos fundamentos: nas resoluções\*\* 242 do Conselho de Segurança da ONU e 181 e 194 da Assembleia-Geral das Nações Unidas. Não pode haver dúvidas de que o prazo de validade de Oslo já venceu, mas o mesmo é, provavelmente, verdade também para a solução dos dois Estados. Os dois povos têm mais sofrimento pela frente, quando tudo poderia ter sido evitado se Washington seguisse uma abordagem mais inteligente e mais comprometida. “Brokers of Deceit” é uma grave acusação, que revela o papel ignóbil dos Estados Unidos nessa tragédia contínua. E a história vai julgar os líderes dos EUA duramente, por suas estratégias equivocadas e suas políticas moralmente duvidosas.

---

\*\* Resoluções:

– 242 do Conselho de Segurança da ONU, de 22 de novembro 1967 – pede a retirada de Israel dos territórios ocupados na Guerra dos Seis Dias e “o reconhecimento da soberania, integridade territorial e independência política de todos os Estados da região e seu direito a viver em paz”.

– 181 da Assembleia-Geral da ONU, de 29 de novembro 1947 – aceita, apesar da oposição da Liga Árabe e dos palestinos, a criação de dois Estados, um judeu e um árabe, no antigo protetorado britânico da Palestina, com Jerusalém sob mandato internacional.

– 194 da Assembleia-Geral da ONU, de 11 de dezembro 1948 – estabelece que os refugiados têm direito a retornar a suas casas, agora em território de Israel, ou a receber uma indenização, caso não desejarem voltar.

**AS CARTAS ARÁBICAS:**

- A Arábia Saudita e o crescimento do radicalismo islâmico;
- O salafismo e wahhabismo;
- A dependência do petróleo da Arábia Saudita; e
- Países islâmicos no mundo.

“Gosto de dizer que existe um ‘Islã do Mediterrâneo’ e um ‘Islã do Mar Vermelho’. Quando o centro de gravidade do Islã se move na direção do Mediterrâneo – um universo de navegação, comércio e interação, o mundo de Beirute, Istambul, Alexandria e Andaluzia –, a religião e sua comunidade se tornam mais cosmopolitas, atraentes e voltadas para o exterior. Quando o Islã se move na direção do Mar Vermelho, para as proximidades do deserto desolado e das reservas de petróleo, torna-se mais assustado, voltado para si mesmo e xenofóbico.”

*Mamoun Fandy*

***A Arábia Saudita e o crescimento do radicalismo islâmico***

Reza Aslan é um historiador iraniano-americano, especialista em religiões, que se tornou um *best-seller* com o livro *Zelota*, que retrata Jesus como um revolucionário. Em entrevista publicada na revista *Época* de 12 de fevereiro de 2015, à pergunta “A Arábia Saudita é responsável pela ascensão do radicalismo e do terrorismo islâmico?”, respondeu:

“Sem dúvida. O wahhabismo, essa vertente ultraortodoxa, puritana e pseudorreformista do islamismo sunita, começou na Arábia Saudita, na metade do século XVIII, fundada pelo clérigo Mohamed Ibn Abdul Wahab. É uma religião que prega a volta ao culto monoteísta puro do Islã e que chama todos os outros religiosos, islâmicos ou não, de apóstatas. Os sauditas gastaram US\$ 100 bilhões nos últimos anos para espalhar essa vertente do islamismo pelo resto do mundo, construindo escolas e mesquitas wahhabistas. Não há um canto do mundo em que haja muçulmanos que não tenham sido inundados por dinheiro saudita e por propaganda religiosa saudita. Eles criaram um vírus que se espalhou por todo o mundo muçulmano. Quando você tem um vírus, você precisa erradicar a fonte. Bem, o mundo sabe qual é a fonte desse vírus. São os melhores amigos dos Estados Unidos. É absurdo que quem patrocinou a ascensão de uma ideologia responsável pela morte de milhares de pessoas não seja responsabilizado por ela. Ao contrário, continua sendo prestigiado. Quando o Rei Abdullah, monarca da Arábia Saudita, morreu, na semana passada, o Presidente Barack Obama, o Secretário de Estado John Kerry e uma dúzia de integrantes do alto escalão do governo americano foram à Arábia Saudita para homenageá-lo. Sem levar em consideração que Abdullah comanda um país que decapita 80 pessoas por ano, condena a mil chibatadas quem manifesta suas opiniões, impede as mulheres de dirigir e de votar e patrocina o terrorismo global. Isso não é estranho? Se a Arábia Saudita não fosse o maior produtor de petróleo do mundo, seria tratada como a Coreia do Norte, com asco, rejeição e sanções internacionais.”

Essa resposta de Aslan retrata o porquê de os EUA não terem interesse em solucionar a Questão Palestina. Não só, como citado no Anexo B, devido à prevalência dos *lobbies* e da influência de judeus americanos, seja por pessoas, por campanhas e órgãos do próprio governo, mas, principalmente, pela questão geo-política-estratégica do Oriente Médio. Israel forte e sem ameaças árabes é um contraponto ao Irã, à Síria (apoiada pelos russos) e ao Iraque na região. E também à Arábia Saudita, apesar do wahhabismo, pelo petróleo farto e de prospecção barata, quase à flor da terra, e por sua ligação de longo tempo com os americanos. Assim, como a solução da Questão Palestina depende dos EUA para que seja imposta na ONU, e para bancar a paz lá, se os interesses dos EUA são, prioritariamente, manter Israel forte e armado na região, e a Arábia Saudita prestigiada, pode-se dizer que não há, no momento, perspectivas de que essa solução seja alcançada. Com efeito, não foi à toa que os EUA ajudaram com dinheiro, armas e equipamentos os israelenses nas guerras contra os árabes. Eles são a sua ponta de lança no Oriente Médio.

***O salafismo e o wahhabismo***

O salafismo (do árabe, *salafī*, “predecessores” ou “primeiras gerações”) é um movimento reformista islâmico, de renascimento, de retorno à fé original, e que condena as práticas do “Islã popular”. Surgiu no Egito,

no final do século XIX, dentro do que se poderia chamar de período de renascimento cultural árabe. As suas figuras mais proeminentes vieram de um grupo de intelectuais da Universidade de Al-Azhar, do Cairo, onde se destacaram Muhammad Abduh (1849-1905), Jamal al-Din al-Afghani (1839-1897) e Rashid Rida (1865-1935).

O objetivo primário do movimento era reformar a doutrina islâmica de forma a adaptá-la aos novos tempos, devido ao contato que começara, desde o início do século XIX, entre o mundo islâmico e o mundo ocidental.

Assim, os salafistas dos primeiros tempos eram moderados e buscavam a reforma do Islã pela doutrina original dessa fê, tentando afastar as influências posteriores – que teriam alterado, em seu ponto de vista, o Islã. Por isso, foram precursores dos movimentos agora chamados, de forma genérica, de islamistas, embora estes tenham uma conotação mais política do que o salafismo, além de o fato de que muitos destes movimentos ditos islamistas evoluíram para posições claramente opostas às teorias iniciais e inclusivas do salafismo. Alguns grupos islamistas até mesmo se apropriaram deste nome – salafismo – de forma abusiva, tentando, desse modo, associar suas teorias a uma aura reformista islâmica predecessora e, assim, limpar a imagem de seus movimentos com essa designação, ainda que invertendo por completo as bases ideológicas originais do salafismo, pois se tornou radical e intransigente.

O movimento islamista, porém, se colocava não somente contra doutrinas que estabeleciam uma identificação com a modernização e a ocidentalização dos costumes culturais e sociais islâmicos de então (cujo exemplo mais notável pode ser apontado como o que se passou na Turquia, com a laicização do Estado por meio do movimento dos Jovens Turcos, fundado por Kemal Atatürk), como também a favor do conservadorismo mais fechado, que abafa toda e qualquer modernidade procedente das influências ocidentais, como se fosse algo que destruísse tudo o que é islâmico.

Alguns defendem que foi Muhammad ibn Abd-al-Wahhab quem criou e divulgou, na Arábia Saudita, o wahhabismo, um islamismo que visava recuperar os princípios basilares do Islã desde a sua fundação, embora este reformismo aparente do wahhabismo fosse mais um voltar ao rigorismo interpretativo do Alcorão e não tanto a um reformismo ideológico consensual, como defendiam os salafistas. Em que pese o fato dos wahhabistas também gostarem de se denominar salafistas (ou mais propriamente de salafis), essa designação é mais etimológica (um caso de coincidência do significado de palavras) do que doutrinária, e tem pouco a ver com as ideias e ideais dos primeiros intelectuais e precursores ideológicos do salafismo.

Os wahhabistas propagam que mantêm a interpretação literal dos textos sagrados, diferentemente do que chamam de “interpretação irresponsável” dos salafistas, e pregam que o Islã deve retornar às suas raízes puras e austeras, praticadas por Maomé.

Ou seja: o wahhabismo está mais para o conservador, enquanto que o salafismo, esse sim, tinha ideias reformadoras e modernizadoras.

Os preceitos wahhabistas são hostis aos xiitas, judeus, homossexuais e apóstatas, e rigorosamente repressivos com os demais, especialmente as mulheres.

Como disse Jim Woollen, ex-diretor da CIA (citado no livro *Quente, Plano e Lotado*, de Thomas L. Friedman), “...em termos puramente ideológicos, há muito pouca diferença entre os preceitos religiosos vigentes na Arábia Saudita (um aliado-chave dos EUA) e os pregados pela Al Qaeda (um inimigo-chave dos EUA). A diferença está nos métodos. Trata-se de uma luta semelhante à que ocorreu entre stalinistas e trotskistas durante os anos 1920 e 1930, para decidir quem deveria ficar no comando. Mas os pontos de vista repletos de ódio, subjacentes a ambas as facções, apontam na mesma direção. Muitas madraçais (escolas muçulmanas) custeadas pelos wahhabistas em todo o mundo ecoam e colocam em prática esse ódio, promovendo as suas consequências”.

E continua Friedman: “o dinheiro do petróleo tem financiado o terrorismo wahhabismo, o Jihad da violência, sustentado grupos como o Talibã, a Al Qaeda, o Hamas e os esquadrões de homens-bomba do Irã, Palestina e do Paquistão”.

“Além da Arábia Saudita, outros países conservadores do Golfo Pérsico – o Kuwait, o Catar e os Emirados Árabes Unidos – também se beneficiaram de um maciço influxo de capitais provenientes do petróleo, igualmente utilizados para financiar instituições religiosas e de caridade conservadoras, em casa e no exterior.”

E conclui: “Guardiã das duas cidades mais sagradas do Islã, Meca e Medina, e com imensas reservas de petróleo, a Arábia Saudita tem legitimidade incomparável e um nível excepcional de recursos para difundir sua modalidade ultraconservadora de islamismo no mundo muçulmano. Nunca tanta riqueza foi entregue a uma minoria tão extremista de uma grande religião mundial, com tantas consequências a longo prazo”.

Enquanto isso, o Presidente Obama vai à posse do novo rei da Arábia Saudita, o que demonstra que não são os princípios, mas os interesses econômicos que norteiam o relacionamento entre as nações. E que nem aspectos ideológicos ou religiosos interferem nessa escolha. E nem o 11 de Setembro, como veremos a seguir.

Fonte: Wikipedia

*A dependência do petróleo da Arábia\**

“O morticínio de cerca de 3 mil pessoas, em 11 de setembro de 2001, perpetrado por 19 homens, 15 dos quais sauditas, foi, a meu ver, um desses grandes eventos que trazem à luz uma série de tendências, que significam que a dependência do petróleo não está apenas modificando o sistema climático, mas também o sistema mundial, em quatro pontos fundamentais. Em primeiro lugar, e o mais importante, é que, por meio de nossas compras de petróleo, estamos fortalecendo a vertente mais intolerante, antimoderna, anticidental, anti-igualdade feminina e antipluralista do Islã – a vertente propagada pela Arábia Saudita. Em segundo lugar, a dependência está ajudando a financiar um retrocesso nas tendências democráticas na Rússia, na América Latina e em outros locais, iniciadas com a queda do Muro de Berlim e o fim do comunismo. Em terceiro lugar, está alimentando a vergonha, quer seja de Washington, se calando a respeito da repressão às mulheres e à falta de liberdade religiosa na Arábia Saudita, quer seja da China, se aliando a uma ditadura assassina no Sudão, também rico em petróleo. Em quarto lugar, nossas compras, ao enriquecerem governos islâmicos, como os da Arábia Saudita, do Emirados Árabes Unidos, do Catar, do Dubai, do Kuwait e outros do mundo muçulmano – que doam parte dessa riqueza a grupos terroristas –, estão, na verdade, financiando indiretamente a Al Qaeda, o Hamas, o Hezbollah e o Jihad islâmico.

Ou seja, o fim da nossa dependência já não é apenas uma necessidade ambiental, mas um imperativo estratégico. Não foram sem razão os adesivos de para-choques que começaram a aparecer após o 11 de Setembro, como: “Quantos soldados por litro seu utilitário bebe?”, ou “Osama ama o seu utilitário”, ou “Alistem os motoristas de utilitários em primeiro lugar!”.

*Países islâmicos no mundo*

Egito, Arábia Saudita, “Palestina”, Jordânia, Turquia, Argélia, Marrocos, Sudão, Tunísia, Síria, Irã, Iraque, Camarões, Chad, Costa do Marfim, Zâmbia, Uganda, Guiana, Suriname, Bósnia e Herzegovina, Albânia, Azerbaijão, Bangladesh, Brunei, Emirados Árabes Unidos, Indonésia, Cazaquistão, Kuwait, Líbano, Malásia, Maldivas, Omã, Paquistão, Catar, Tadjiquistão, Uzbequistão, Iêmen, Burkina, Comores, Gabão, Líbia, Mali, Guiné Bissau, Mauritânia, Moçambique, Nigéria, Níger, Togo...

---

\* (do livro *Quente, Plano e Lotado*, de Thomas L. Friedman, 2008, Ed. Objetiva)

### A CAPACIDADE NUCLEAR DE ISRAEL

- A arma nuclear e o equilíbrio do terror
- A capacidade nuclear de Israel
- O míssil balístico Jericho III\*

#### *A arma nuclear e o equilíbrio do terror*

Quando a URSS desenvolveu seus artefatos nucleares, igualando-se aos EUA, criou-se o equilíbrio do terror, ou seja, com os dois com armas nucleares, o perigo da conflagração diminuiu. O mesmo ocorreu com a Índia e o Paquistão. Muitos analistas consideram que há uma correlação entre a paz e a posse de armas nucleares por antagonistas. Quando dois países que se atrimam têm armas nucleares, é mais difícil que um ataque o outro, embora pequenas escaramuças possam ocorrer, como em 1969, entre a URSS e a China, em disputas fronteiriças, mais recentemente o ataque em Mumbai, mas que nunca saem de controle e degeneram em guerra declarada. Usando esse raciocínio, se o Irã desenvolver sua arma nuclear – que Israel já tem – pode-se prever que também aí se estabeleça o equilíbrio do terror, embora, evidentemente, a posse de armas nucleares por Israel seja uma vantagem comparativa, mas não competitiva, pois a história mostrou duas coisas: que o país que dispõe de armas nucleares se torna menos agressivo, e que desde a bomba de Hiroshima, em agosto de 1945, não houve mais guerras entre as grandes nações.

#### *A capacidade nuclear de Israel*

Israel é amplamente considerado como o sexto país do mundo a ter desenvolvido armas nucleares. É um dos quatro países com armas nucleares não reconhecidos como Estados nuclearmente armados pelo Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP). Os outros três são a Índia, o Paquistão e a Coreia do Norte.

O ex-diretor-geral da Agência Internacional de Energia Atômica, Mohamed ElBaradei, considera Israel como um Estado detentor de armas nucleares. Entretanto, Israel adota uma política conhecida como “ambiguidade nuclear” (também chamada “opacidade nuclear”) e nunca admitiu ter armas nucleares.

O governo israelense tem repetido ao longo dos anos que não seria o primeiro país a introduzir armas nucleares no Oriente Médio, mas tampouco seria o segundo, sem contudo precisar se também não seria o primeiro país a fazer uso de armas nucleares na região. Também se negou a firmar o TNP – apesar da pressão internacional nesse sentido –, sob a alegação de que assinar o Tratado iria contra seus interesses de segurança nacional.

Israel começou a realizar pesquisas nucleares pouco depois de declarar sua independência. O Primeiro Ministro David Ben Gourion lançou o programa nuclear israelense em 1949, e, com o apoio da França, Israel começou a construir secretamente um reator e uma planta de reprocessamento nuclear no final da década de 1950. Embora o país tenha construído sua primeira bomba nuclear no fim dos anos 1960, isto não foi confirmado publicamente por fontes internas, até que Mordechai Vanunu, um antigo técnico do Centro de Pesquisas Nucleares de Neguev, revelou detalhes do programa de armas nucleares à imprensa britânica, em 1986.

Atualmente, estima-se que Israel possua entre 75 e 400 ogivas nucleares, com capacidade de lançá-las por meio de aeronaves, submarinos ou mísseis balísticos intercontinentais (o Jericho III).

Fonte: Wikipédia.

#### *O míssil balístico Jericho III*

De acordo com um relatório oficial que foi apresentado ao Congresso dos Estados Unidos em 2004, pode ser que com uma carga de 1.000 kg o míssil tenha a capacidade de, carregando uma ogiva nuclear, alcançar todo o Oriente Médio, África, Europa, Ásia e quase todos as partes da América do Norte, bem como grande parte da América do Sul e da Oceania. O seu alcance também oferece uma velocidade de impacto extremamente elevada para alvos próximos, que lhe permite evitar as defesas antimísseis balísticos que podem se desenvolver na região imediata. Em 17 de janeiro de 2008, Israel testou um míssil balístico de múltiplos estágios, e acredita-se ser do tipo Jericho III, supostamente capaz de transportar “ogivas especiais”.

Fonte: Wikipédia



O míssil balístico Jericho III